



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS**

### **CONTROLE INTERNO**

**Parecer CGIM**

**Processo nº 050/2015 – CPL**

**Pregão SRP nº 016/2015**

**Interessada:** Secretaria Municipal de Saúde

**Assunto:** Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de refrigeração para execução de manutenção preventiva, corretiva, instalação e desinstalação de aparelhos refrigerados, atendendo a demanda do Fundo Municipal de Saúde de Canaã dos Carajás-Pa.

RELATOR: Sr. **ALTAIR VIEIRA DA COSTA**, Controlador Geral do Município de Canaã dos Carajás – PA, sendo responsável pelo Controle Interno com **Portaria n.º 305/2013**, declara para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do § 1º do artigo 11 da Resolução n.º 11.410/TCM de 25 de Fevereiro de 2014, que analisou integralmente o **processo nº 050/2014 - CPL** referente a **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de refrigeração para execução de manutenção preventiva, corretiva, instalação e desinstalação de aparelhos refrigerados, atendendo a demanda do Fundo Municipal de Saúde de Canaã dos Carajás-Pa**, com base nas regras insculpidas pela Lei n.º 8.666/93 e Lei n.º 10.520/2002 e demais instrumentos legais correlatos, declarando o que segue.

### **RELATÓRIO**

Trata-se de processo licitatório na modalidade Pregão para Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de refrigeração para execução de manutenção de aparelhos refrigerados.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS**

### **CONTROLE INTERNO**

O processo encontra-se instruído com os documentos necessários como a solicitação de licitação, termo de referência com justificativa, termo de compromisso, relatório de cotação de preços, termo de autorização da autoridade, autuação, Decreto n.º 762/2015 – dispõe sobre a designação formal do pregoeiro juntamente com a equipe, Decreto n.º 691/2013 – dispõe sobre a regulamentação da modalidade de licitação denominada Pregão no âmbito do município de Canaã dos Carajás, Decreto n.º 686/2013, Minuta de edital com anexos, termo de referência e Minuta de Contrato, Parecer Jurídico, Edital com anexos, publicação, Declaração de retirada de edital, resposta, credenciamento, propostas, documentos de habilitação, ata dos trabalhos da sessão pública, resultado da licitação, publicação e parecer jurídico.

É o necessário a relatar. Ao opinativo.

### **ANÁLISE**

A Constituição Federal em seu artigo 37, XXI determina que as contratações realizadas pela Administração Pública deverão ser realizadas através de licitação que assegure igualdade de condições aos concorrentes, sendo esta a regra para obras, serviços, compras e alienações junto ao Poder Público.

A regulamentação do referido artigo encontra-se esposada na Lei 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, devendo todo procedimento licitatório se basear em suas normas, sob pena de apresentar vícios de ilegalidade passíveis de anulação e demais cominações.

A referida Lei prevê em seu artigo 2º a necessidade de licitação para contratações junto à Administração Pública, senão vejamos:



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS**

### **CONTROLE INTERNO**

*“As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei”.*

O procedimento licitatório tem como finalidade garantir a seleção da melhor proposta para a Administração, bem como permitir a participação isonômica dos interessados e deve fundamentar-se nos princípios que regem o Direito Administrativo, além daqueles específicos das Licitações e Contratos, conforme o artigo 3º da Lei nº 8.666/93, *verbis*:

*“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.*

A Lei 10.520/2002 instituiu a modalidade de Licitação denominada Pregão para a aquisição de bens e serviços comuns, sendo estes caracterizados por padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado.

O artigo 3º da referida lei discorre sobre os requisitos a serem observados na fase preparatória do Pregão, quais sejam, *verbis*:



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS**

### **CONTROLE INTERNO**

*“Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:*

*I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;*

*II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;*

*III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e*

*IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor”.*

No âmbito municipal, o pregão presencial é regulamentado através do Decreto nº 691/2013, cujo art. 3º, § 2º aduz o seguinte:

*Os procedimentos adotados mediante a modalidade pregão destinam-se à aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação, em que a disputa é feita por meio de propostas de preços*



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS**

### **CONTROLE INTERNO**

*escritas e lances verbais, em uma única sessão pública ou por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação.*

(...)

*§ 2º - Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, em conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado, de acordo com o disposto no Anexo único deste Decreto.*

O caso em tela se subsume ao previsto no referido artigo, uma vez que, justificada a vantagem da utilização da Ata de Registro de Preços e a economicidade do procedimento, torna-se plenamente possível sua aplicação para a contratação em comento.

O Sistema de Registro de Preços é previsto no artigo 15, II da Lei n.º 8.666/93 e está regulamentado neste Município pelo Decreto n.º 686/2013, podendo ser realizado nas modalidades de licitação Concorrência, RDC ou Pregão, acertando a Administração na escolha deste último, nos termos do artigo 6º do referido decreto.

O procedimento fora iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto.

No que tange à minuta do Edital, contrato e anexos, percebe-se que foram atendidos os preceitos do artigo 40 e 61 da Lei n.º 8.666/93.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS**

### **CONTROLE INTERNO**

Verifica-se nos autos a cópia da publicação no Diário Oficial dos Municípios no dia 13 de Fevereiro de 2015 com data de abertura do certame no dia 02 de Março de 2015, sendo respeitado o prazo mínimo de 8 dias úteis, conforme o artigo 4º, V da Lei nº 10.520/2002.

Retiraram o edital as empresas S. MUNIZ CARVALHO & CIA LTDA-EPP, H. NOGUEIRA DA SILVA E CIA LTDA, AK COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA-ME, PUMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, MELO E LIMA LOCAÇÕES E ENG. LTDA-ME, GEOMAQ LOCA. E TRANSPORTE-EPP, CPMS – GESTÃO SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA-ME, J. HENRIQUE BORGES FILHO REFRIGERAÇÃO-EIRELI, WC E SL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CANAÃ MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA-EPP, AR-TEC COMÉRCIO E SERVIÇOS DE AR CONDICIONADO LTDA, FENIX SISTEMA DE SEGURANÇA LTDA-ME e TROPICAL SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA-ME.

Na abertura do certame compareceram as empresas S. MUNIZ CARVALHO & CIA LTDA-EPP, H. NOGUEIRA DA SILVA E CIA LTDA, WC E SL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, J. HENRIQUE BORGES FILHO REFRIGERAÇÃO-EIRELI, MELO E LIMA LOCAÇÕES E ENG. LTDA-ME, CPMS-GESTÃO SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA-ME, AR-TEC COMÉRCIO E SERVIÇOS DE AR CONDICIONADO LTDA e GEOMAQ LOCA. E TRANSPORTE-EPP, cumprindo com as exigências do edital, sendo devidamente credenciadas.

Passando à proposta, verificou-se a regularidade das licitantes CPMS – GESTÃO SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA-ME, AR-TEC COMÉRCIO E SERVIÇOS DE AR CONDICIONADO LTDA, MELO E LIMA LOCAÇÕES E ENG. LTDA-ME e J. HENRIQUE BORGES FILHO REFRIGERAÇÃO –EIRELI.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS**

### **CONTROLE INTERNO**

As demais empresas foram desclassificadas, quais sejam, S. MUNIZ CARVALHO & CIA LTDA-EPP, por não apresentar sua proposta com as unidades de medida, sem numeração das páginas, nem identificação das licitantes, WC E SL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, por não apresentar a proposta assinada em todas as páginas, GEOMAQ LOCA. E TRANSPORTE-EPP, deixou de apresentar o valor unitário por extenso e H. NOGUEIRA DA SILVA E CIA LTDA, por não apresentar unidade de medidas.

As empresas classificadas seguiram para fase de lances e negociação, de modo que a licitante J. HENRIQUE BORGES FILHO REFRIGERAÇÃO-EIRELI sagrou-se vencedora com o menor preço com valor de R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais), no interesse dessa Administração.

Ato contínuo, fora aberto o envelope de habilitação com a documentação da empresa, constatando-se a regular apresentação em conformidade com o edital.

A empresa WC E SL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA irressignada com sua desclassificação, interpôs recurso alegando que poderia suprir as assinaturas faltantes no momento do certame, entretanto, a Pregoeira entendeu não ser possível, visto o representante não ter poderes específicos para tanto e o sócio presente como ouvinte não estar devidamente credenciado, permanecendo esta licitante desclassificada.

No tocante aos documentos apresentados pela empresa vencedora, percebe-se a comprovação de regular habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, bem como ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, nos termos do artigo 27 da Lei de Licitações e Contratos.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS**

### **CONTROLE INTERNO**

Publicado o resultado do julgamento, o procedimento seguiu para análise da assessoria jurídica que emitiu parecer conclusivo pela sua regularidade, opinando pela adjudicação para a licitante vencedora.

O procedimento obedeceu aos termos da Lei n.º 8.666/93, Lei n.º 10.520/02 e Decreto n.º 686/13 em todas as suas fases.

### **CONCLUSÃO**

Assim, esta Controladoria conclui que o referido processo se encontra revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto para gerar despesas para a municipalidade.

Cumprir observar que o procedimento, a partir do presente estágio, deve manter a observação plena ao previsto na legislação da matéria, mormente o determinado nos artigos 38, 40, 61 e demais aplicáveis da Lei n.º 8666/93, seguindo a regular divulgação oficial dos termos e atos a serem realizados.

Declara por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos.

Canaã dos Carajás, 31 de Março de 2015.

**ALTAIR VIEIRA DA COSTA**  
**Responsável pelo Controle Interno**